



FRAS-LE S.A. E CONTROLADAS

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008**

Parecer dos auditores independentes

Ao
Conselho de Administração e acionistas da
Fras-le S.A.
Caxias do Sul - RS

1. Examinamos os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) da Fras-le S.A. em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras das controladas Fras-le Argentina S.A. e Fras-le North America, Inc. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes e a nossa opinião, no que diz respeito aos valores desses investimentos, que totalizam R\$ 3.021 mil e do resultado negativo de equivalência patrimonial decorrente dessas controladas, no valor de R\$2.145 mil, está baseada exclusivamente nos pareceres desses outros auditores independentes.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e de suas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos relatórios de outros auditores independentes, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fras-le S.A em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nosso exame foi conduzido com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As informações por segmento de negócio referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentada no Anexo I, para propiciar informações complementares sobre a Companhia, não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações por segmento de negócios foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
5. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 6 de fevereiro de 2009.

Porto Alegre, 26 de janeiro de 2010.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6/F/RS

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1S192685/O-9/S/RS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Companhia tem por objeto a fabricação, comercialização e importação de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, materiais de fricção, produtos à base de resinas, autopeças, artefatos de plásticos e seus derivados, bem como a prestação de assistência técnica, podendo participar no capital de outras sociedades.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 25 de janeiro de 2010.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) e os novos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Com o objetivo de aprimorar as informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando como informação complementar a posição consolidada de suas operações por segmentos geográficos de atuação (Vide anexo I).

3 Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

b) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o estabelecimento das vidas úteis e do valor residual do ativo imobilizado,

provisão para devedores duvidosos, realização de estoques e impostos diferidos ativos, provisão para contingências, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Disponíveis para venda:

Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas

diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Outros

Outros instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

d) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM No 534.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, todo ou parcialmente. As demonstrações financeiras de controladas e coligadas no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional local pela taxa de câmbio da data do fechamento.

e) Ativos circulante e não circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado”.

Clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. Para as transações de venda a Companhia utiliza a variação da taxa de Certificado de Depósito Interbancário – CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações de vendas a prazo. A contrapartida dos ajustes a valor presente do contas a receber é contra a receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado e, ajustado por provisão para obsolescência, quando aplicável.

O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui as despesas gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, incluindo os juros incorridos com empréstimos utilizados para sua construção, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº. 11 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2009 e 2008 compreendem apenas os ativos adquiridos de terceiros, mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, e são amortizados por taxas lineares considerando sua vida útil, conforme Nota Explicativa nº 11.

Redução ao valor recuperável

Os ativos do imobilizado, do intangível, do diferido têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

f) Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas

até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada no resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h) Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Para a parcela referente ao plano de pensão de contribuição definida, os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas, no momento em que são realizadas as contribuições.

Quando os benefícios de um plano são ampliados, a parcela do aumento do benefício relativo ao serviço passado de empregados é reconhecida no resultado de maneira linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. Se os critérios para obter estes benefícios são atendidos imediatamente, o gasto é imediatamente reconhecido no resultado.

i) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica de passivo (ou como conta redutora do ativo).

j) Tributação

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7% a 25%
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	0 % a 45%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	0% a 10,8%
PIS – Programa de Integração Social	0% a 2,3%
ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2% a 5%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002 e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

k) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4. **Demonstrações financeiras consolidadas**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Fras-le S.A. e suas controladas a seguir relacionadas:

	Percentual de participação			
	2009		2008	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Fras-le Argentina S.A. (a)	94,00	-	94,00	-
Fras-le North America, Inc. (a)	100,00	-	100,00	-
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda. (a)	99,00	-	99,00	-
Fras-le México S de RL de CV (a)	99,66	-	99,66	-
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd (a)	100,00	-	100,00	-
Fras-le Europe (a)	100,00	-	-	100,00

(a) Sociedades controladas no exterior

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de incertezas de recuperação dos ativos relacionados;
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentado como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

A conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido está demonstrada a seguir:

	Lucro do exercício		Patrimônio líquido	
	2009	2008	2009	2008
Controladora	44.081	26.856	237.209	210.079
Realização de lucro auferido pela controladora em transações com controladas, líquidos de imposto de renda e contribuição social	3.857	361	-	-
Eliminação de lucro auferido pela controladora em transações com controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	(4.042)	(1.695)	(2.140)	(1.954)
Consolidado	43.896	25.522	235.069	208.125

5. Disponibilidades

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Caixa e bancos	3.132	2.255	7.042	8.602
Aplicações financeiras	198.272	98.066	198.272	98.910
	201.404	100.321	205.314	107.512

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 100,0% e 105,00% (100,0% a 103,6% em 31 de dezembro de 2008) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com liquidez diária.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Circulante:				
No País	31.344	21.971	31.344	21.971
No exterior	24.969	43.937	34.735	53.370
Empresas controladas	18.697	17.068	-	-
Partes relacionadas	421	87	421	87
Menos:				
Cambiais descontadas	(2.185)	(3.323)	(2.185)	(3.323)
Ajuste a valor presente	(488)	(852)	(488)	(852)
Provisão para devedores duvidosos	(1.831)	(1.303)	(2.498)	(2.239)
	70.927	77.585	61.329	69.014

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Contas a receber – vencidos (*)				
De 1 a 30 dias	4.898	6.213	7.076	8.111
De 31 a 60 dias	291	266	306	1.457
De 61 a 90 dias	212	1.440	216	2.116
De 91 a 180 dias	245	505	247	1.170
Acima de 181 dias	1.981	1.224	2.202	2.467
Total	7.627	9.648	10.047	15.321

(*)Exclui na controladora o montante de R\$8.339 (R\$13.990 em 2008) relativos a transações com empresas relacionadas.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Produtos acabados	17.146	30.650	32.388	44.445
Produtos em elaboração	4.958	5.733	5.830	6.009
Matérias-primas	17.061	20.721	18.745	26.154
Materiais auxiliares e de manutenção	2.111	1.796	2.111	1.796
Estoques em poder de terceiros	4.751	13.145	4.751	13.145
Adiantamento a fornecedores	1.012	1.162	1.012	1.172
Provisão estoques obsoletos	(305)	(300)	(305)	(300)
	46.734	72.907	64.532	92.421

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
ICMS	4.197	5.171	4.197	5.171
Imposto de renda e contribuição social	1.043	1.720	1.043	1.720
COFINS	1.563	1.905	1.563	1.905
PIS	339	418	339	418
Outros	39	512	4.460	1.725
Total	7.181	9.726	11.602	10.939
(-) Circulante	4.999	5.704	9.420	6.917
Total do não circulante	2.182	4.022	2.182	4.022

a. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais da Companhia.

b. PIS e COFINS

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não-cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação.

c. Imposto de Renda e Contribuição Social

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

9. Transações com partes relacionadas

a) Saldos e operações entre partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, bem como, as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações com a Companhia, sua controladora e suas controladas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

	Jost Sistemas Automotivo s Ltda.	Randon Veículos Ltda.	Suspensys Sistemas Automotivos Ltda.	Randon S.A. Implementos e Participações (b)	Master Sistemas Automotivos Ltda.	Fras-le Argentina S.A.	Fras-le North America Inc.	Fras-le Mexico S de RL de CV	Fras-le Friction Material Pinghu co Ltd	Fras-le Europe.	Outras partes relacionada: (a)	Total	
												2009	2008
Ativo													
Contas a receber	8	-	6		407	5.445	11.582	-	711	959	-	19.118	17.155
Passivo													
Contas a pagar	-	-	-	123	-	-	-	-	-	-	-	123	-
Mútuos a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.567	1.567	1.402
Comissões a pagar	-	-	-	-	-	-	45	-	-	-	-	45	459
Resultado do exercício													
Compra de produtos e serviços	-	2	4	4.560	-	-	-	-	-	-	-	4.566	3.960
Venda de produtos e serviços	-	65	-	118	21.215	15.522	15.214	-	1.551	-	-	53.685	57.066
Despesas com comissões	8	-	6	-	-	-	4.919	422	-	1.185	-	6.450	4.288
Despesas financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	144	144	197
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	121

(a) *Saldos de mútuos a pagar mantido junto a diretores, membros do Conselho de Administração entre outras partes relacionadas.*

(b) *Controladora direta da Companhia. A controladora final do Grupo é a Dramd Participações e Administração Ltda.*

Natureza, termos e condições das transações

As transações de vendas com partes relacionadas referem-se a vendas de produtos para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas e vendas de insumos utilizados na produção. O prazo médio de recebimento para vendas domésticas é de aproximadamente 14 dias e no mercado externo é de aproximadamente 160 dias.

As operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos e serviços utilizados no processo produtivo da Companhia. Os prazos médios de pagamento são de aproximadamente 14 dias.

Os saldos de conta corrente, relativos aos contratos de mútuo entre a controladora, controladas e outras partes relacionadas, possuem prazo de vencimento indeterminado e *são atualizados pró-rata tempore pela taxa DI-Extra, editada pela Andima, sem juros.*

Remuneração da Administração chave

Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da administração estão apresentados abaixo:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Benefícios de curto prazo (salários, ordenados, participações nos lucros e despesas com assistência médica)	4.948	3.935
Benefícios pós emprego – contribuições para Randon Prev	213	120
Total	5.161	4.055

A companhia não possui remuneração nas categorias de: i) benefícios de longo prazo, ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e iii) remuneração baseada em ações.

10. Investimentos

a) Composição dos saldos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Participações em empresas controladas	8.736	12.296	-	-
Outros investimentos mantidos ao custo	1.106	1.106	1.106	1.106
	9.842	13.402	1.106	1.106

b) Movimentação dos saldos

	Fras-le North America, Inc.	Fras-le Argentina S.A.	Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda.	Fras-le México S de RL de CV	Fras-le Friction Material Co. Ltd	Fras-le Europe	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008	1.629	6.433	49	77	4.109	-	12.297
- Equivalência patrimonial	(3.131)	986	5	4	(2.024)	(58)	(4.218)
- Integralização de capital	-	-	-	-	3.851	1.346	5.197
- Baixa de investimento	434	-	-	-	-	-	434
- Ajustes acumulados de conversão	204	(1.352)	(3)	(25)	(1.576)	(40)	(2.792)
- Dividendos distribuídos	-	(3.046)	-	-	-	-	(3.046)
- Passivo à descoberto de controlada	864	-	-	-	-	-	864
Saldos em 31 de dezembro de 2009	-	3.021	51	56	4.360	1.248	8.736

c) Informações das investidas

	Fras-le North America Inc. (a)	Fras-le Argentina S/A (a)	Fras- le Andin a Com Y Repre sLtda.	Fras-le México S de RL de CV	Fras-le Friction Material Co. Ltd.	Fras-le Europe	Totais	
							2009	2008
Capital social	35	708	19	2	6.108	1.855		
Quantidade de quotas ou ações (em lote de mil)								
- Ordinárias	20	1.454	-	-	-	-		
- Quotas	-	-	10	15	-	-		
Participação no capital social, no final do exercício - %	100,00	94,00	99,00	99,66	100,00	100,00		
Patrimônio líquido ajustado	(864)	3.214	52	56	4.360	1.247		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.534)	1.049	5	4	(2.024)	(1)		
Ajustes acumulados de conversão	204	(1.352)	(3)	(25)	(1.576)	(40)		
Resultado da equivalência patrimonial	(3.131)	986	5	4	(2.024)	(58)	4.218	361
Valor do investimento	-	3.021	51	56	4.360	1.248	8.736	2.296

(a) Informações auditadas por outros auditores independentes.

d) Dividendos recebidos

A Companhia recebeu dividendos da sua controlada direta Fras-le Argentina S.A. no valor de R\$ 3.046 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 2.722 em 2008).

11. Imobilizado e intangível

a) Composição dos saldos

	Taxa média anual de depreciação % a.a.	Controladora				Consolidado			
		2009		2008		2009		2008	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Tangível									
Edificações	2,17	44.773	(13.619)	31.154	30.734	45.981	(13.866)	32.115	31.559
Máquinas e equipamentos	8,81	184.455	(123.085)	61.370	56.080	195.737	(125.067)	70.670	65.442
Moldes	9,02	56.965	(31.425)	25.540	25.439	56.965	(31.425)	25.540	25.439
Móveis e utensílios	8,22	8.872	(5.856)	3.016	2.996	9.101	(6.036)	3.065	3.146
Veículos	9,68	2.506	(1.874)	632	676	2.629	(1.936)	693	719
Equipamentos de computação	21,37	6.142	(5.245)	897	1.367	6.363	(5.429)	934	1.797
Terrenos		1.080	-	1.080	1.080	1.147	-	1.147	1.179
Imobilização em andamento		26.369	-	26.369	20.799	27.248	-	27.248	20.799
Adiantamento a fornecedores		4	-	4	1.282	4	-	4	1.282
		331.166	(181.104)	150.062	140.453	345.175	(183.759)	161.416	151.362
Intangível									
Software	19,99	6.244	(4.819)	1.425	1.850	6.410	(4.926)	1.484	1.867
		337.410	(185.923)	151.487	142.303	351.585	(188.685)	162.900	153.229

b) Movimentação do custo

Controladora	2008		2009		
	Custo	Adições	Baixas	Outras	Custo
Tangíveis					
Edificações	43.719	28	-	1.026	44.773
Máquinas e equipamentos	172.922	3.831	(409)	8.111	184.455
Moldes	53.822	147	(409)	3.405	56.965
Móveis e utensílios	8.518	265	(54)	143	8.872
Veículos	2.584	128	(206)	-	2.506
Equipamentos de computação	6.212	122	(196)	4	6.142
Terrenos	1.080	-	-	-	1.080
Imobilizado em andamento	20.799	14.994	(18)	(9.406)	26.369
Adiantamentos a fornecedores	1.282	2.026	-	(3.304)	4
	310.938	21.541	(1.292)	(21)	331.166
Intangíveis					
Softwares	5.635	599	(11)	21	6.244
	316.573	22.140	(1.303)	-	337.410
Consolidado	2008	2009			
	Custo	Adições	Baixas	Outras	Custo
Tangíveis					
Edificações	44.882	450	-	649	45.981
Máquinas e equipamentos	183.420	7.051	(409)	5.675	195.737
Moldes	53.822	147	(409)	3.405	56.965
Móveis e utensílios	8.841	274	(74)	60	9.101
Veículos	2.749	174	(251)	(43)	2.629
Equipamentos de computação	6.911	125	(196)	(477)	6.363
Terrenos	1.179	-	-	(32)	1.147
Imobilizado em andamento	20.799	15.873	(18)	(9.406)	27.248
Adiantamentos a fornecedores	1.282	2.026	-	(3.304)	4
	323.885	26.120	(1.357)	(3.473)	345.175
Intangíveis					
Softwares	5.744	706	(24)	(16)	6.410
	329.629	26.826	(1.381)	(3.489)	351.585

As imobilizações em andamento estão representadas substancialmente por projetos de expansão e otimização das unidades industriais. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram capitalizados juros incorridos sobre empréstimos que financiaram tais projetos, no montante de R\$ 1.150. No mesmo período do ano anterior não houve capitalização de juros.

Certos ativos encontram-se alienados a operações de empréstimos bancários, conforme mencionado na nota explicativa 12.

Os bens totalmente depreciados em uso correspondem ao montante de R\$ 115.933 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 109.193 em 2008).

Durante o exercício de 2009, como permitido pelo CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, foi concluída a revisão da vida útil dos ativos imobilizados da Companhia, que passaram a ser depreciados por novas taxas. O efeito dessa mudança no montante de R\$ 4.554 foi reconhecido a partir do exercício financeiro de 2009.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados e intangíveis desta poderiam estar acima do valor recuperável de acordo com base na Deliberação CVM 527 que aprovou o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

c) Ativo intangível

Os principais ativos intangíveis referem-se a direitos sobre *softwares* adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada em 5 anos.

A amortização deste ativo intangível está apresentada na demonstração de resultados na rubrica correspondente a natureza de sua utilização.

Foi reconhecido no resultado do exercício de 2009, pela Companhia, o montante de R\$ 14.418 (R\$ 14.488 em 2008), relativos a despesas com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos.

12. Financiamentos e empréstimos

	Indexador	Juros	Controladora		Consolidado	
			2009	2008	2009	2008
Moeda nacional:						
Empréstimos bancários – FINEP	TJLP	1% a 2,5% a.a	41.156	35.746	41.156	35.746
Empréstimos bancários	TJLP	0,5% a 2,5% a.a.	-	103	-	103
Contratos de arrendamento mercantil	CDI	4,907%	46	179	46	179
BNDES	TJLP	2,7% a 4,5% a.a.	95.862	58.158	95.862	58.158
Incentivo fiscal Fundopem (a)	IPCA	3,0% a.a	7.532	3.901	7.532	3.901
Moeda estrangeira:						
Adiantamentos de contratos de câmbio US\$ 22.908 mil	Varição cambial +deságio	2,30 % a 3,60% a.a	39.877	28.155	39.877	28.155
Empréstimos bancários US\$ 7.179 mil	Libor	2,65 %a.a	-	-	12.372	16.829
Empréstimos bancários \$ 5.600 mil	-	29,75% a.a.	-	-	2.563	2.032
Empréstimos bancários ¥ 5.999	PBOC	5,31% a.a. + 2% fiança	-	-	1.530	-
BNDES US\$ 3.869 mil	Varição Cambial	2,5% a 2,7% a.a.	6.736	11.212	6.736	11.212
IFC financiamento de US\$ 10.061 mil	Varição cambial + Libor	2,25% a.a	17.518	25.233	17.518	25.233
			208.727	162.687	225.192	181.548
Parcela a amortizar a curto prazo classificada no passivo circulante			82.127	51.442	86.403	58.618
Passivo não circulante			126.600	111.245	138.789	122.930

(a) Refere-se a empréstimo subsidiado conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento:	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2008	2008	2009	2009
2010	42.141	42.141	-	-
2011	19.122	23.796	20.787	23.225
2012	16.854	21.528	67.242	72.117
2013	12.925	15.262	14.882	19.758
2014	8.058	8.058	10.031	10.031
2015 a 2021	12.145	12.145	13.658	13.658
	111.245	122.930	126.600	138.789

a) Garantias

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 52.872 (R\$ 66.378 em 2008), e avais/fianças da Fras-le S.A. no valor de R\$ 60.376 (R\$ 77.022 em dezembro de 2008).

b) Cláusulas restritivas de contratos de financiamento

Os contratos de financiamentos junto ao International Finance Corporation – IFC e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contém cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros não forem atingidos.

Em 31 de dezembro de 2009 os índices estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia.

13. Programa de Parcelamento Especial - PAES

A Companhia aderiu ao programa de parcelamento especial para impostos federais e previdenciários, conforme facultado pela Lei nº. 10.684/02. Os pedidos de parcelamento, protocolados em 30 de julho de 2003, estavam programados para serem liquidados em 120 meses com atualização monetária pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Os valores incluídos nesse programa incluíam a renúncia da liminar relativa à compensação integral de prejuízos fiscais do exercício de 1996 e da desistência dos processos de compensações de IPI, PIS e Cofins do exercício de 1998 com bases negativas de Imposto de Renda e Contribuição Social apurados no exercício de 1995.

Em 17 de novembro de 2009 a Companhia aderiu ao novo parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09 através da desistência formal do parcelamento especial e opção pelo pagamento a vista dos saldos remanescentes dos débitos com as devidas reduções de multa e juros de mora.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2009, a movimentação do referido programa é como segue:

	<u>Impostos federais</u>
Total dos débitos incluídos no PAES, homologados pela Receita Federal em 2003	16.954
(+) Atualização monetária até 30/11/2009	5.562
(-) Total de pagamentos efetuados até 30/11/2009	(20.045)
(-) Redução conforme Lei 11.941/2009	(2.471)
Saldo dos débitos em 31 de dezembro de 2009	<u><u>-</u></u>

14. Provisão para litígios

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, surgidos no curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Companhia efetuou diversos depósitos judiciais vinculados aos processos relacionados com impostos em discussão judicial. A perda estimada foi provisionada no exigível a longo prazo com base em opinião de seus assessores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável.

a) Passivo contingente

O demonstrativo na data-base de 31 de dezembro de 2009 contendo os riscos contingentes (perda) conforme opinião de seus assessores jurídicos encontra-se no quadro a seguir:

Passivo Contingente	Controladora			Consolidado			Depósito Judicial	
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	Controladora	Consolidado
a) cível	235	1.542	2.116	235	1.542	2.116	55	55
b) tributário	4.620	13.071	156.159	4.870	13.071	156.159	5.836	5.839
c) trabalhista	674	5.776	1.050	674	5.776	1.050	183	183
d) previdenciário	712	1.834	-	712	1.834	-	964	964
Sub-total	6.241	22.223	159.325	6.491	22.223	159.325	7.038	7.041
Depósito judicial	(848)	-	-	(848)	-	-	(848)	(848)
Total líquido	5.393	22.223	159.325	5.643	22.223	159.325	6.190	6.193

Cível – a maioria das ações são indenizatórias movidas por ex-funcionários em função dos distratos;

Tributário – representado por autuações federais que encontram-se com processos em julgamento na fase administrativa, no STJ e STF.

A Companhia possui processos em andamento, para os quais, baseados na opinião de seus assessores jurídicos (risco de perdas possível e remoto) e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foram registradas provisões para contingências. Foram apresentadas impugnações sobre a improcedência das autuações e os processos encontram-se em fase administrativa. Os principais processos de risco remoto são os seguintes:

- a. *Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Imposto de Renda Retido na Fonte* – A Companhia foi autuada no valor de R\$ 113.017, referente a pagamentos regularmente efetuados para seus agentes no exterior, a título de comissão de agente por agenciamento de vendas e serviços. Os valores incluem principal, multa e juros. A Receita Federal pronunciou-se em resposta a apresentação de defesa da Companhia, já reconhecendo a operação desta como intermediação comercial adequada para transações que representam 29% do montante discutido. Os demais valores permanecem em discussão administrativa junto a Receita Federal.
- b. *Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido* – A Companhia foi autuada no valor de R\$ 9.052, pela Secretaria da Receita Federal referente a não adição na Receita Bruta para fins da base de cálculo da receita líquida do crédito de exportação a título de IPI .
- c. *IPI, PIS, COFINS* – A Companhia retificou as declarações de rendimentos dos anos bases de 1995 e 1996 por considerar dedutível a assunção de dívidas de terceiros assumidas no momento da aquisição do controle acionário pela Fras-le S.A. e realizou um pedido de restituição que foi objeto de compensação com valores devidos em períodos posteriores a título de PIS, COFINS e IPI, mas teve seu pedido de restituição indeferido. O valor do processo é de R\$ 12.251.
- d. *Imposto de Renda e Contribuição Social* – A Companhia retificou as declarações de rendimentos dos anos bases de 1995 e 1996 por considerar dedutível a assunção de dívidas de terceiros assumidas na aquisição do controle acionário pela sua controladora Randon S.A. Implementos e Participações e parcela a título de gastos com assessoria externa. A Receita Federal glosou e ajustou o lucro real e a base de cálculo da Contribuição Social sobre o lucro líquido. O valor do processo é de R\$ 6.097.
- e. *Imposto de Importação* - A Companhia foi autuada, sob a presunção de descumprimento da proporção – Bens de Capital Nacional x Bens de Capital, e conseqüente infração ao disposto no artigo 2, inciso II, da Lei 9.449/97, e artigo 6 do Decreto n 2072/96, no valor de R\$ 6.121. A Companhia apresentou impugnação suscitando inicialmente que a multa aplicada estaria prescrita. Ainda, foram apresentados erros de

fatos e de direito existentes no lançamento tributário, e requerido o integral cancelamento do auto de infração.

- f. *IPI* – A Companhia foi autuada pela falta de recolhimento ou pagamento de IPI no período de janeiro de 1997 a setembro de 1997 no valor de R\$ 3.956. A Companhia apresentou impugnação alegando a nulidade do auto de infração por ausência dos requisitos pelo pedido de compensação constante de processo específico.

Trabalhista – diversas reclamações trabalhistas vinculadas em sua maioria à vários pleitos indenizatórias;

Previdenciário – autuações do INSS que encontram-se em julgamento no TRF.

b) Ativo contingente

O demonstrativo na data-base 31 de dezembro de 2009 contendo informações sobre contingências ativas (ganho), conforme opinião de seus assessores jurídicos e está abaixo detalhado:

Ativo Contingente	Controladora e Consolidado 2008		Controladora e Consolidado 2009	
	Possível	Remota	Possível	Remota
a) Tributário	1.874	942	2.059	1.036
Total:	1.874	942	2.059	1.036

- a) tributário – representadas basicamente por ações federais que encontram-se em julgamento no STJ e STF;
- b) previdenciário – referentes a seguro acidente trabalho e INSS autônomos.

A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes, pois somente os contabiliza após o trânsito em julgado das ações ou pelo efetivo ingresso dos recursos.

A movimentação dos processos é como segue:

	Consolidado			Saldo Final
	2008 Saldo inicial	2009 Adição	2009 Exclusão	
Cíveis	235	-	-	235
Trabalhistas	731	-	(57)	674
Tributárias	1.955	4.630	(1.715)	4.870
Previdenciário	1.802	77	(1.167)	712
	4.723	4.707	(2.939)	6.491

Em 2009 a Companhia adicionou a sua provisão o montante de R\$ 3.706, referente ao processo no. 11020.001972/2006-01 relacionado à compensação indevida de prejuízos fiscais e R\$ 806, referente ao processo no.11020.001973/2006-48 relacionado à compensação indevida de base negativa. No mesmo período ocorreu baixa de provisão no valor de R\$ 1.439 referente aos processos 11020.1196/2001-27 e 11020.1194/2001-38 relacionados ao Finsocial/COFINS devido a ganho de causa onde já houve o trânsito em julgado dos respectivos processos.

15. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras do RANDONPREV – Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

A posição do passivo atuarial no final do exercício apurado com base em laudo de atuário independente encontra-se demonstrada a seguir:

Passivo atuarial	Controladora e consolidado	
	2009	2008
Valor presente da obrigação atuarial	(2.400)	(3.469)
Valor justo dos ativos do plano	4.559	3.902
(Perdas) atuariais não reconhecidas	(2.184)	(601)
Passivo líquido no balanço patrimonial	(25)	(168)

A composição do resultado atuarial é dada conforme segue:

	Controladora e consolidado	
	2009	2008
Custo do serviço acumulado	217	186
Juros sobre a obrigação atuarial	304	288
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(445)	(490)
Ganhos atuariais líquidos reconhecidos no ano	(18)	(63)
Total	58	(79)

A movimentação no passivo líquido reconhecida no balanço patrimonial pode ser demonstrada como segue:

	Controladora e consolidado	
	2009	2008
Passivo líquido no início do exercício	(168)	(466)
Despesa líquida reconhecida na demonstração do resultado/patrimônio líquido	(58)	79
Contribuições pagas	201	219
Passivo líquido no final do exercício	(25)	(168)

As principais premissas atuariais na data do balanço (expressas por médias ponderadas) são conforme segue:

	<u>%</u>
Taxa de desconto em 31 de dezembro	10,76 a.a.
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano em 31 de dezembro	11,22 a.a.
Aumentos salariais futuros	7,12 a.a.
Aumentos futuros de benefícios	4,00 a.a.

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente.

A obrigação atuarial no final do exercício foi determinada com base nos cálculos do atuário independente utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

16. Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº11.941/09 (anteriormente Medida Provisória 449/08) a Companhia e suas controladas optaram pela adoção ao Regime Tributário de Transição (RTT) para apuração de imposto de renda e contribuição social relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

a) Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de Contribuição Social de exercícios anteriores, foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício, aprovadas pelo Conselho de Administração. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. A administração considera que a realização dos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias nos exercícios abaixo mencionados está sujeita a solução final das estimativas contábeis projetadas.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Ativo circulante:				
Provisões diversas	749	754	749	754
Provisão para comissões sobre vendas	369	277	369	277
Provisão para perdas de estoques	104	102	104	102
Prejuízos fiscais a compensar	-	-	2.013	1.422
Ajustes da Lei 11.638	583	877	583	877
Participação dos diretores e funcionários	1.819	939	1.819	939
Provisão para devedores duvidosos	623	443	623	443
Operações com derivativos	-	5.840	-	5.840
Total circulante	4.247	9.232	6.260	10.654
Ativo não circulante:				
Provisão para contingências	2.121	1.372	2.121	1.372
Provisão plano de pensão	8	57	8	57
Provisões diversas	349	349	349	722
Total não circulante	2.478	1.778	2.478	2.151
Passivo Circulante:				
Ajustes Lei 11.638	196	281	196	281
	196	281	196	281
Passivo não circulante:				
Depreciação acelerada incentivada	-	13	-	13
	-	13	-	13
Total	6.529	10.716	8.542	12.511

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Ano de vencimento:	Controladora	Consolidado
	2009	2009
2010	4.067	4.738
2011	641	1.312
2012	1.821	2.492
	6.529	8.542

b) Conciliação da despesa de impostos

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	59.943	36.395	59.204	35.371
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: pela alíquota fiscal combinada	20.381	12.374	20.129	12.026
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	690	1.351	690	1.351
Equivalência patrimonial	1.434	-	-	-
Exclusões permanentes:				
Juros sobre capital próprio	(3.514)	(4.082)	(3.514)	(4.082)
Receitas isentas de impostos	-	(123)	-	-
Deduções	(4.963)	(5.918)	(4.963)	(5.918)
Outros itens:				
Outros	(26)	4.201	1.043	4.560
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	14.002	7.803	13.385	7.937
Alíquota efetiva	23,36%	21,4%	22,61%	22,4%

17. Patrimônio líquido (Controladora)

a. Capital social

O capital social autorizado, conforme Estatuto Social é de 270.000.000 ações, sendo 90.000.000 de ordinárias e 180.000.000 de preferenciais. Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 68.254.000 ações nominativas, sendo 44.116.233 ordinárias e 24.137.767 preferenciais, sem valor nominal.

b. Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva geral de lucros (estatutária)

Reserva geral de lucros, com saldo que remanescer após a destinação supra mencionada, destinada à manutenção do capital de giro, que não poderá exceder a 80% do capital social.

Com a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2009, nos termos da lei e do Estatuto Social da Companhia, o saldo das reservas de lucros excedeu o limite estabelecido no Estatuto Social. Desta forma, será proposta aos acionistas em Assembléia Geral a capitalização do excesso de reserva apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

c. Ações em tesouraria

No dia 26 de novembro de 2008 o Conselho de Administração, considerando o disposto na alínea “h” do Artigo 22 do Estatuto Social e atendidos os requisitos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 30 da Lei 6.404/76, bem como da Instrução CVM 10/80 e suas alterações, autorizou a aquisição pela Companhia de 1.600.000 ações preferenciais de sua própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social.

Em 2009 foram adquiridas 700.000 ações preferenciais (900.000 em 2008), por preço de cotação em bolsa de valores, a um custo médio ponderado de R\$ 2,43 por ação (R\$2,46 em 2008), sendo que o custo máximo foi de R\$ 2,65 por ação (R\$2,63 em 2008) e o custo mínimo de R\$ 2,25 por ação (R\$2,35 em 2008).

A operação teve por objetivo aproveitar a oportunidade de investimento para a Companhia, considerando o preço de cotação das ações preferenciais na bolsa de valores, sendo as aquisições realizadas utilizando-se de disponibilidades suportadas por reservas de lucros constantes do último balanço aprovado em Assembléia Geral. O valor de mercado das ações em tesouraria, com base na última cotação da bolsa de valores em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 6.656.

d. Dividendos

Conforme Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais não têm direito a voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do artigo 17 da Lei 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei 10.303/2001. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76 com a nova redação dada pela Lei 10.303/2001 .

Os dividendos mínimos foram calculados conforme se segue:

Lucro líquido do exercício	44.081
Reserva legal (5%)	<u>(2.204)</u>
Base de cálculo para dividendos	41.877
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	10.469
Adicional às ações preferenciais (10%)	<u>354</u>
Dividendos mínimos propostos (26,5%)	10.823
Juros sobre o capital próprio	10.336
Imposto de renda retido na fonte (15%)	<u>(1.550)</u>
	8.786
Valor líquido creditado	<u><u>2.037</u></u>

e. Juros sobre o capital próprio – Lei nº 9.249/95

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº. 9.249/95, a Companhia calculou e pagou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 10.336 (R\$ 12.005 em 2008), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício foram reduzidos em R\$ 3.514 (R\$ 4.082 em 2008) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

18. Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2009	2008	2009	2008
Receitas financeiras:				
Variação cambial	22.904	30.401	22.904	30.401
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	12.194	12.886	12.194	12.886
Ganhos com operações de derivativos	13.766	6.090	13.766	6.090
Rendimentos de contratos de mútuos	-	121	-	121
Ajuste a valor presente	6.694	7.732	6.694	7.732
Outras receitas financeiras	4.631	6.169	4.721	6.169
	60.189	63.399	60.279	63.399
Despesas financeiras:				
Variação cambial	(22.163)	(38.008)	(22.163)	(37.302)
Juros sobre financiamentos	(8.815)	(8.186)	(8.815)	(7.960)
Perdas com operações de derivativos	(1.360)	(22.224)	(1.360)	(22.224)
Despesas de contratos de mútuos	(2)	(4)	(2)	(4)
Ajuste a valor presente	(2.202)	(3.167)	(2.202)	(3.045)
Outras despesas financeiras	(4.480)	(3.371)	(6.447)	(5.794)
	(39.022)	(74.960)	(40.989)	(76.329)
Resultado financeiro	21.167	(11.561)	19.290	(12.930)

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Para a exposição ao câmbio, a Companhia possui Política de Proteção Cambial, escrita pelo Comitê de Planejamento e Finanças e avalizada pela Diretoria Executiva da Companhia e do grupo controlador. O objetivo da política é uniformizar os procedimentos entre as empresas do grupo, incluindo a Companhia, definir responsabilidades e limites nas operações que envolvam proteção cambial, reduzindo os efeitos cambiais sobre o fluxo de divisas em moeda estrangeira projetado pelo fluxo de caixa. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

É tomado por base o fluxo de caixa em moeda estrangeira projetado mensalmente sempre para os doze meses seguintes, com base nas projeções do Plano Estratégico, ou na expectativa atualizada de cada empresa. Os instrumentos utilizados são conservadores e previamente aprovados pelo mesmo comitê. Nas operações contratadas durante o ano os instrumentos estavam substancialmente representados por contratos de *Non Deliverable Forward (NDF)*. A taxa média a ser perseguida deve ser igual ou superior à prevista no Plano Anual de Negócios (Orçamento) das empresas. Todas as operações são controladas pela Diretoria Financeira da Companhia Controladora e informadas ao Comitê Executivo.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro abaixo:

		Controladora					
		2009			2008		
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos							
Clientes	6	-	70.927	70.927	-	77.585	77.585
Passivos							
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	12	-	(144.596)	(144.596)	-	(98.087)	(98.087)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	12	-	(64.131)	(64.131)	-	(64.600)	(64.600)
Mútuos a pagar	9	-	(1.567)	(1.567)	-	(2.439)	(2.439)
Instrumentos financeiros derivativos		(42.609)	-	(42.609)	(17.176)	-	(17.176)
Total		(42.609)	(139.367)	(181.976)	(17.176)	(87.541)	(104.717)
		Consolidado					
		2009			2008		
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos							
Clientes	6	-	61.329	61.329	-	69.014	69.014
Passivos							
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	12	-	(144.596)	(144.596)	-	(98.087)	(98.087)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	12	-	(80.597)	(80.597)	-	(83.461)	(83.461)
Mútuos a pagar	9	-	(1.567)	(1.567)	-	(354)	(354)
Instrumentos financeiros derivativos		(42.609)	-	(42.609)	(17.176)	-	(17.176)
Total		(42.609)	(165.431)	(208.040)	(17.176)	(112.888)	(130.064)

Administração financeira de risco

A Companhia e suas controladas possuem exposição a riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros, conforme descrito a seguir:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*. Para contas a receber por vendas a Companhia e suas controladas possuem ainda provisão para devedores duvidosos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e das suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou o ano de 2009 com a variação negativa de 25,49% (variação positiva de 32,0% no exercício de 2008). Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Abaixo está demonstrada a exposição cambial da Companhia e suas controladas para operações em moedas estrangeiras:

	US\$ mil	
	2009	2008
A. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos		
Controladora	36.832	27.642
Consolidado	46.288	35.713
B. Ativos líquidos em dólares norte-americanos		
Controladora	29.570	30.226
Consolidado	18.133	22.993
C. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos		
Controladora	24	7.350
Consolidado	24	7.350
D. Déficit (superávit) apurado (A-B+C)		
Controladora	7.286	4.766
Consolidado	28.179	20.070

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia têm por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, conforme descrito no item anterior.

A Administração da Companhia e das suas controladas mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

Atualmente os instrumentos financeiros derivativos contratados pela empresa são decorrentes de risco de câmbio, todos registrados na CETIP.

A Companhia contrata operações com derivativos para proteger parte de sua exposição estimada em moeda estrangeira do saldo credor denominado em uma moeda estrangeira. A Companhia usam contratos de “*forward*” para proteger seus riscos de moeda (riscos cambiais) em sua maioria com vencimento inferior a um ano em relação à data do balanço.

Em 2009 a Companhia e suas controladas utilizaram instrumentos financeiros derivativos na modalidade de “*NDF - Non Deliverable Forward*” (NDF e Zero Cost Collar em 2008). Nestas operações a Companhia e suas controladas tem deveres e obrigações com base em uma cotação contratada previamente no momento de seu vencimento. O resultado líquido destas operações é registrado por competência nas demonstrações financeiras da empresa.

Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Os valores justos foram estimados na data das informações financeiras, baseados em “informações relevantes de mercado”. Mudanças nas premissas e alterações nas operações do mercado financeiro podem afetar significativamente as estimativas apresentadas. Os métodos e premissas adotados pela Companhia para estimar a divulgação do valor justo de seus derivativos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 estão descritos abaixo:

O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da administração. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa. Estes contratos não prevêem pagamentos intermediários antes da data de vencimento. A Companhia não tem por objetivo liquidar estes contratos antes de seu vencimento.

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008 os valores nominais em aberto expostos à variação da moeda norte-americana, bem como os respectivos valores justos, estão assim demonstrados:

Controladora e consolidado

Descrição / Contraparte	Valor de Referência		Valor de Referência		Valor Justo – em milhares de R\$ - (crédito) / débito		Valor de Custo – em milhares de R\$ - (crédito) / débito		Efeito Acumulado em 2009 – em milhares de R\$ (crédito) / débito		Efeito Acumulado em 2008 – em milhares de R\$ (crédito) / débito	
	Nacional – em milhares de US\$		Nacional – em milhares de R\$		2009	2008	2009	2008	Valor recebido	Valor pago	Valor recebido	Valor pago
	2009	2008	2009	2008								
Zero Cost Collar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.405	(2.393)
Banco Santander	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.806	(2.393)
Banco Unibanco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.599	-
NDF	6.000	29.000	10.400	52.734	(42.609)	(17.176)	(42.609)	(17.528)	1.167	(5.891)	74	(19)
Banco Santander	-	23.000	-	36.501	-	(11.996)	-	(12.493)	1.167	(2.492)	74	(19)
Banco do Brasil	6.000	6.000	10.400	16.233	(42.609)	(5.180)	(42.609)	(5.035)	-	(3.399)	-	-
Total	6.000	29.000	10.400	52.734	(42.609)	(17.176)	(42.609)	(17.528)	1.167	(5.891)	8.479	(2.412)

Os vencimentos destas operações estão abaixo resumidos, em milhares de dólares, no consolidado

Descrição	2009			2008	
	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Total líquido	Total líquido
NDF	500	2.500	3.000	6.000	29.000
Total	500	2.500	3.000	6.000	29.000

Os valores passivos apresentados em 31 de dezembro de 2009 para as operações de NDF estão classificados como operações de derivativos.

A Companhia não possui margens dadas em garantia para os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2009.

A Companhia auferiu ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos no exercício de 2009 e 2008 conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2009	2008
Operações de proteção		
Receitas financeiras:		
Ganhos com operações de derivativos	13.766	6.090
Despesas financeiras:		
Perdas com operações de derivativos	(1.360)	(22.224)
	(12.406)	(16.134)

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos destinados a mitigar esses riscos em suas operações.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Além desse cenário a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

Operação	Risco	Controladora e Consolidado		
		Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Non Deliverable Forward – NDF	Alta do US\$	(44)	(2.769)	(5.494)

		Controladora		
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Exposição líquida de instrumentos financeiros	Alta do US\$	(12.686)	(15.858)	(19.029)
		Consolidado		
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Exposição líquida de instrumentos financeiros	Alta do US\$	(49.065)	(61.331)	(73.598)

20. Subvenções e assistência governamental

Empréstimo subsidiado Fundopem/RS

Em dezembro de 2006 a Companhia assinou Termo de Ajuste junto ao Estado do Rio Grande do Sul, como adesão ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul).

O incentivo fiscal constitui-se em postergação de pagamento de parcela do débito de ICMS gerado mensalmente, com uma carência de 54 meses e prazo de pagamento em 96 meses, corrigido pelo IPCA/IBGE e taxa de juros em 3% a.a. A parcela do débito com pagamento postergado é apurada a partir de incremento de faturamento, aumento na geração de débito de ICMS e geração de empregos conforme definido no Termo de Ajuste. Em 30 de junho de 2009 a companhia possuía aprovado limite da operação de Termo de Ajuste Fundopem – RS ainda não utilizado no valor R\$ 12.746

Em 06 de agosto de 2009 foi aprovado um limite complementar para fruição do incentivo Fundopem/RS no valor de R\$ 11.802. Em 31 de dezembro de 2009 o total ainda não utilizado é de R\$ 16.950.

Para incremento de valor financiado a Companhia observa todas as exigências para obtenção deste tipo de incentivo, a saber: a) Faturamento bruto incremental mensal; b) ICMS incremental mensal; e c) Número de empregos diretos incrementais.

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As principais coberturas de seguro são:

		Controladora	
		Total dos limites de indenização	
Risco coberto		31/12/2009	31/12/2008
Prédios, estoques, máquinas e lucros cessantes	Incêndio, vendaval, danos elétricos e riscos gerais.	302.379	209.800
Automóveis	Colisão e responsabilidade civil.	1.180	1.498
Responsabilidade civil	Fabricação de produtos e Recall no país e exterior	19.540	12.995
Acidentes pessoais		3.055	2.831
		326.154	227.124

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

22. Participação de empregados nos lucros e resultados

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido no Programa de Participação nos Resultados homologado nos sindicatos das categorias, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000. O montante de participações nos lucros referente ao exercício de 2009 foi no valor de R\$ 6.218 (R\$ 3.587 em 2008) na controladora e no consolidado.

23. Novos pronunciamentos contábeis

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) seguindo agenda conjunta divulgada pela CVM e CPC tem emitido diversos pronunciamentos para convergir as práticas contábeis brasileiras para o padrão internacional de contabilidade. Esses pronunciamentos contábeis têm sido sistematicamente aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010 com aplicação retroativa para fins de comparabilidade.

Os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos até a presente data pelo CPC que poderão produzir efeitos na preparação ou na divulgação das demonstrações financeiras do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010 estão sendo avaliadas pela Companhia com base nos seguintes pronunciamentos:

- **CPC 16** – Estoques, aprovado pela Deliberação CVM nº 575, de 5 de junho de 2009;
- **CPC 18** – Investimento em Coligada e em Controlada, aprovado pela Deliberação CVM nº 605, de 26 de novembro de 2009;
- **CPC 20** – Custos de Empréstimos, aprovado pela Deliberação CVM nº 577, de 5 de junho de 2009;
- **CPC 22** - Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM nº 582, de 31 de julho de 2009;
- **CPC 23** - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pela Deliberação CVM nº 592, de 15 de setembro de 2009;
- **CPC 24** - Eventos Subsequentes, aprovado pela Deliberação CVM nº 593, de 15 de setembro de 2009;
- **CPC 25** - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009;
- **CPC 26** - Apresentação das Demonstrações, aprovado pela Deliberação CVM nº 595, de 15 de setembro de 2009;
- **CPC 27** - Ativo Imobilizado, aprovado pela Deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009;

- **CPC 30** - Receitas, aprovado pela Deliberação CVM nº 597, de 15 de setembro de 2009;
- **CPC 32** - Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599, de 15 de setembro de 2009;
- **CPC 33** - Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº600 , de 7 de outubro de 2009;
- **CPC 36** – Demonstrações Consolidadas, aprovado pela Deliberação CVM nº608, de 26 de novembro de 2009;
- **CPC 37** – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, aprovado pela Deliberação CVM nº 609 , de 22 de dezembro de 2009;
- **CPC 38** – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, aprovado pela Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009;
- **CPC 39** – Instrumentos Financeiros: Apresentação, aprovado pela Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009;
- **CPC 40** – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009;
- **CPC 43** – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos do CPC 15 a 40, aprovado pela Deliberação CVM nº 610, de 22 de dezembro de 2009;
- **OCPC 03** – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação;
- **ICPC 09** – Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e, aplicação do método de equivalência patrimonial, aprovado pela Deliberação CVM nº 618, de 22 de dezembro de 2009;
- **ICPC 10** – Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e a propriedade para investimento dos CPCs 27, 28, 37 e 43, aprovado pela Deliberação CVM nº 619 de 22 de dezembro de 2009;

O CPC pretende ainda emitir diversos pronunciamentos técnicos em 2010, portanto a avaliação dos impactos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas deverá ser complementada por ocasião da emissão de novos pronunciamentos contábeis ou reavaliada na medida que esses novos pronunciamentos ou novas interpretações tragam alguma alteração que possam modificar as análises efetuadas anteriormente.

Conselho de Administração

Raul Anselmo Randon - Presidente
Astor Milton Schmitt - Vice-Presidente
Ricardo Alves da Conceição - Conselheiro
Ricardo Malavazi Martins - Conselheiro
Sílvia Omar Leal dos Santos - Conselheiro

Conselho Fiscal

Benilda Waschow - Conselheira
Georges Pitseys - Conselheiro
Antônio Rubem de Almeida Barros Junior – Conselheiro
Aloísio Kok - Conselheiro

Diretoria Executiva

Raul Anselmo Randon - Diretor Presidente
Daniel Raul Randon - Diretor Superintendente e de RI
Rogério Luiz Ragazzon - Diretor
Gilberto Carlos Crosa - Diretor

Milton Farina

Contador CRC-RS: 43.517

Informações complementares

Anexo I

Informações por segmento de negócios - Consolidado

As vendas líquidas realizadas pela Companhia e suas controladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, por segmento de negócios no mercado nacional e região geográfica no mercado externo, estão abaixo demonstradas:

	Vendas líquidas Consolidado	
	2009	2008
Mercado nacional		
Reposição	169.211	153.046
Montadoras	80.383	100.735
Mercado externo		
Nafta	104.805	94.313
Europa	8.395	14.153
Mercosul	35.104	40.073
Africa	7.915	7.652
Asia e Oceania	3.271	5.603
Outros	18.971	16.720
Total	428.055	432.295